PROCESSO SELETIVO DE CANDIDATOS AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR 2019

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assinale apenas uma alternativa:

Questão 1 - O adolescente apreendido por força de ordem judicial será encaminhado:

a) Ao juiz ou juíza.

b) Ao diretor de sua escola.

c) Aos seus pais ou responsável.

d) À autoridade religiosa.

Questão 2 - Conforme Art. 227 da Constituição da República Federativa do Brasil:

"O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos":

a) aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

b) criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

c) criação de programas de prevenção específico somente para as pessoas portadoras de deficiência física, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, mesmo não havendo acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

d) As alternativas A e B estão corretas

PROIBIDA REPRODUÇÃO

Questão 3 - O membro do Conselho Tutelar que achar que alguma autoridade competente tomou decisão que não era a mais adequada ou justa ou mesmo que prejudicará o bem geral da criança ou do adolescente, por uma questão de consciência deve:

a) Aceitar a medida/decisão e silenciar-se.
b) Informar a outras pessoas o acontecimento.
c) Agir no sentido de zelar pelo que for melhor para a criança e o adolescente conversando com a autoridade referida e em nada conseguindo, conversar com o advogado para interpor recurso ou tomar a medida necessária.
d) Conversar com a criança e/ou adolescente para ele mesmo reclamar.

Questão 4 - Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Art. 136, parágrafo único, se o Conselho Tutelar achar necessário o afastamento do convívio familiar, qual é a providência a ser adotada:

a) Providenciará a medida estabelecida pela autoridade judiciária.
b) Requisitará certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente.
c) Comunicará o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.
d) Encaminhará a criança ou adolescente para tratamento psicológico ou psiquiátrico.

Questão 5 - Poderá(ão) revisar as decisões do conselho tutelar:
I – autoridade policial
II – Autoridade judiciária
III – COMDICA

a) Apenas I
b) Apenas II
c) Apenas III
d) I e II estão corretas

PROIBIDA REPRODUÇÃO

Questão 6 - São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

I. Defesa técnica por advogado.

II. Assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei.

III. Direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.

IV. Direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

Está correta a alternativa:

a) I e IV
b) II e III
c) I e III
d) Todas as alternativas estão corretas

Questão 7 - São atribuições do Conselho Tutelar (Art. 136 do ECA):

I – Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

II – Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural;

III – Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto, requisitar serviços públicos na área de saúde;

IV – Expedir notificações;

V – Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência

a) Apenas II e III estão incorretas;
b) Apenas I, II e IV estão corretas;
c) Apenas II, III e V estão incorretas;
d) Todas as alternativas estão corretas

PROIBIDA REPRODUÇÃO

Questão 8 - É atribuição do Conselho Tutelar aplicar:

a) Medida Sócio educativa em Meio Aberto
b) Medidas de Proteção
c) Medidas de Internação
d) Medidas de colocação em família substituta

Questão 9 - De acordo com Art. 6º da Lei 2023 O COMDICA é o órgão encarregado do estudo e da busca de soluções para os problemas relativos à criança e ao adolescente, especialmente no que se refere ao planejamento e à execução de programas de proteção e socioeducativos a eles destinados e em regime de:

I – orientação e apoio sócio familiar;
II – apoio socioeducativo em meio aberto;
III – colocação familiar;
IV – abrigo;
V – liberdade assistida;
VI – semiliberdade; e
VII – internação.

Está correta a alternativa:

a) I e IV
b) II e III
c) I e III
d) Todas as alternativas estão corretas

Questão 10 - Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança é aquela pessoa que se encontra com:

a) Até 14 anos de idade incompletos
b) Até 14 anos de idade completos
c) Até 12 anos de idade completos
d) Até 12 anos de idade incompletos

PROIBIDA REPRODUÇÃO

Questão 11 - Pode-se dizer que, além de outras, a criação dos Conselhos Tutelares pela Lei nº. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) atende a finalidade de:

a) Profissionalizar a atividade do comissário de menores, até então exercida de forma amadora e voluntária.
b) Retirar do Judiciário a atividade fiscalizatória, transferindo para a esfera administrativa a aplicação das multas decorrentes do descumprimento de normas de proteção à criança e ao adolescente:
c) Desjudicializar o atendimento das situações em que ocorra ameaça ou violação a direitos de crianças e adolescentes;
d) Garantir participação popular nas instâncias deliberativas e controladoras das ações da política de atendimento em todos os níveis;

Questão 12 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente negará registro à entidade não-governamental em alguns casos, EXCETO:

a) que não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança.
b) que esteja irregularmente constituída.
c) que tenha em seus quadros pessoas inidôneas.
d) que apresente um plano de trabalho compatível com o estatuto da criança e do adolescente.

Questão 13 - Assinale a alternativa FALSA:

a) A falta ou carência de recursos materiais, inclusive financeiros na família, é motivo para a perda ou suspensão do poder familiar.
b) Não existindo motivo que leve a tomada de alguma medida para a perda ou suspensão do poder familiar, a criança ou adolescente será mantida em sua família.
c) A família com falta de recursos mínimos de sobrevivência será incluída em programas oficiais de auxílio.
d) O conselheiro tutelar poderá denunciar às autoridades, famílias das quais tiver conhecimento, que estão passando por carência de recursos materiais.

PROIBIDA REPRODUÇÃO

Questão 14 - Assinale a alternativa CORRETA. Ficam assegurados ao Conselheiro Tutelar, ainda, os seguintes direitos:

a) ao gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/5.
b) à licença maternidade por 30 dias.
c) à licença paternidade e gratificação por produção diária
d) afastamento de 01 (um) dia no mês em função de sua data natalícia.

Questão 15 - Preencha com V para verdadeiro e F para Falso e assinale a alternativa correpondente:

( ) O Conselho Tutelar poderá requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário, podendo fazê-lo diretamente, sem autorização judicial;

( ) Enquanto não instalados os Conselhos Tutelares, as atribuições a eles conferidas serão exercidas pela autoridade judiciária;

( ) Em cada Município haverá somente um Conselho Tutelar, composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução;

( ) É de competência de o Conselho Tutelar requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

( ) Reconhecida idoneidade moral, idade superior a vinte e um anos e residir no município são os requisitos exigidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para a candidatura a membro do Conselho Tutelar;

a) V, F, F, V, V
b) V, V, F, V, V
c) F, V, F, V, V
d) F, V, V, V, V

PROIBIDA REPRODUÇÃO

Questão 16 - De acordo com a Lei Nº 8.069, Art. 2º, é correto afirmar que:

a) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade;
b) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa com até treze anos de idade completos, e adolescente aquela pessoa entre treze e vinte e um anos de idade;
c) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa com até onze anos incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade
d) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa com até doze anos de idade completos, e adolescentes a pessoa entre quatorze e 18 dezoito anos de idade;

Questão 17 - Assinale a alternativa CORRETA: A criança poderá viajar para fora da comarca onde reside:

a) Desacompanhada dos pais ou responsável sem autorização judicial.
b) Acompanhada dos pais ou responsável.
c) Acompanhada de um adulto sem autorização de quem quer que seja.
d) A criança não pode viajar.

Questão 18 - Em relação à profissionalização e à proteção ao trabalho é permitido aos menores de 14 (quatorze) anos:

a) Trabalhar sem ser na condição de aprendiz.
b) Trabalhar na condição de aprendiz.
c) Trabalhar em situações de insalubridade ou periculosidade.
d) Trabalhar em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

PROIBIDA REPRODUÇÃO

Questão 19 - Entre as modalidades de família substituta, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal no 8.069) prevê, em seu artigo 148, inciso III, combinado com os artigos 39 a 51, o instituto da adoção.

Sobre a adoção, considere as seguintes afirmativas:

I. A adoção é uma medida excepcional e irrevogável, à qual deve se recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.

II. É proibida a adoção por procuração.

III. Podem adotar os maiores de 21 (vinte e um) anos, independentemente do estado civil.

IV. A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando.

V. A morte dos adotantes restabelece o poder familiar dos pais naturais.

São corretas somente as afirmativas:

a) I, II e IV.
b) I, II e III.
c) II, III, e IV.
d) II, IV e V.

Questão 20 - Conforme expresso no artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no 8.069/1990), o processo de escolha do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), sendo a fiscalização do pleito de responsabilidade:

a) Da Prefeitura Municipal.
b) Do Poder Judiciário.
c) Do Ministério Público.
d) Da Defensoria Pública.

PROIBIDA REPRODUÇÃO

Questão 21 - O artigo 134 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal no 8.069/1990) estabelece que a remuneração dos respectivos membros do Conselho Tutelar é fixada:

a) Por lei municipal.
b) Pelo Poder Judiciário.
c) Pelo Ministério Público.
d) Pela Defensoria Pública.

Questão 22 - Conforme previsto no artigo 130 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal no 8.069/1990), verificada a hipótese de maus tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, contra os direitos da criança, poderá ser determinado, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum. Tal medida somente poderá ser determinada:

a) Pelo Ministério Público.
b) Pela Polícia Civil.
c) Pela Autoridade Judiciária.
d) Pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – COMDICA.

Questão 23 - Os artigos 81 e 82 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, (Lei Federal no 8.069/1990), apontam a proibição de venda de certos produtos e serviços à criança ou adolescente. Assim, é proibida a venda à criança ou adolescente, entre outros, dos seguintes produtos:

a) Armas e munições.
b) Bebidas alcoólicas.
c) Bilhetes lotéricos e equivalentes.
d) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

PROIBIDA REPRODUÇÃO

Questão 24 - No artigos 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, (Lei Federal no 8.069/1990), prevê que, verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas, EXCETO:

a) advertência;
b) obrigação de reparar o dano;
c) prestação de serviços à comunidade;
d) liberdade não assistida.

Questão 25 - De acordo com o Art. 7º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, (Lei Federal no 8.069/1990) o Ministério da ..... realizará o acompanhamento e o .....do acesso à escola por parte dos beneficiários do benefício de prestação continuada, em colaboração com o Ministério da ....., o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

A alternativa que preenche corretamente as lacunas é:

a) Justiça; monitoramento; Educação
b) Saúde; monitoramento; Educação
c) Educação; monitoramento; Saúde
d) Educação; monitoramento; Justiça

Questão 26 - Art. 117. do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, (Lei Federal no 8.069/1990): A prestação de serviços comunitários consiste na realização de..... de interesse geral, por período não excedente a ....., junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou.....

A alternativa que preenche corretamente as lacunas é:

a) tarefas gratuitas; doze meses; governamentais
b) tarefas reembolsadas; seis meses; não governamentais
c) tarefas reembolsadas; doze meses; não governamentais
d) tarefas gratuitas; seis meses; governamentais

PROIBIDA REPRODUÇÃO

Questão 27 - Art. 120. do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, (Lei Federal no 8.069/1990) O regime de .....pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio ....., possibilitada a realização de atividades externas,.....

A alternativa que preenche corretamente as lacunas é:

a) liberdade; fechado; independentemente de autorização judicial
b) Semiliberdade; aberto; independentemente de autorização judicial
c) liberdade; aberto; independentemente de autorização judicial
d) Semiliberdade; fechado; independentemente de autorização judicial

Questão 28 - Art. 122. do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, (Lei Federal no 8.069/1990) A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

a) tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;
b) por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
c) por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.
d) Todas as alternativas acima estão corretas.

Questão 29 - No Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, (Lei Federal no 8.069/1990) Art. 194. O procedimento para imposição de .... por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início por representação do..... ....., ou do conselho tutelar, ou auto de infração elaborado por servidor .....ou voluntário credenciado, e assinado por duas testemunhas, se possível.

A alternativa que preenche corretamente as lacunas é:

a) penalidade disciplinar; Ministério Público; efetivo
b) penalidade administrativa; Ministério Público; comissionado
c) penalidade administrativa; Ministério Público; efetivo
d) penalidade disciplinar; Ministério Público; comissionado

PROIBIDA REPRODUÇÃO

Questão 30 - Assinale a alternativa INCORRETA:

No Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, (Lei Federal no 8.069/1990) Art. 201., compete ao Ministério Público, instaurar procedimentos administrativos e, para instruí-los:

a) expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela polícia civil ou militar.
b) requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades municipais, estaduais e federais, da administração direta ou indireta, bem como promover inspeções e diligências investigatórias.
c) requisitar informações e documentos a particulares e instituições públicas.
d) requisitar informações e documentos a particulares e instituições privadas.

Questão 31 - No Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, (Lei Federal no 8.069/1990) Art. 237. Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Pena – reclusão de dois a seis anos, e multa.
b) Pena – detenção de seis meses a dois anos.
c) Pena – reclusão de um a quatro anos, e multa.
d) Pena – reclusão de quatro a seis anos, e multa.

Questão 32 - No Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, (Lei Federal no 8.069/1990) Art. 241. Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Pena – reclusão de dois a seis anos, e multa.
b) Pena – reclusão de um a quatro anos, e multa.
c) Pena – reclusão de quatro a seis anos, e multa.
d) Pena – reclusão, de quatro a oito anos, e multa.

PROIBIDA REPRODUÇÃO

Questão 33 - De acordo com a lei municipal 2023 de 07/05/2019, Art. 3º - está correto afirmar: São órgãos e instrumentos da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente:

a) Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDICA; o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMDICA; o Conselho Tutelar.
b) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA; o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMDICA; o Conselho Tutelar.
c) Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMDICA; o Conselho Tutelar.
d) Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDICA; o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; o Conselho Tutelar.

Questão 34 - De acordo com a lei municipal 2023 de 07/05/2019, Art. 2º O atendimento à Criança e ao Adolescente visa:

I – a proteção, a .....e a saúde;

II – a liberdade, o respeito e a .....como pessoa em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais; e

III – a criação e a .....no seio da família ou, excepcionalmente, em família substituta.

As lacunas são preenchidas corretamente através da sequência:

a) Educação; vida ; dignidade
b) Educação; dignidade; vida
c) vida ; educação; dignidade
d) Vida ; dignidade; educação.

PROIBIDA REPRODUÇÃO

Questão 35 - De acordo com a lei municipal 2023 de 07/05/2019, Art. 12. Compete ao COMDICA, dentre suas competências:

a) formular a política municipal de proteção, promoção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução em todos os níveis;
b) atualizar seu Regimento Interno, por Resolução, a cada 04 (quatro) anos, nos primeiros 90 (noventa) dias do início do exercício, a qual será encaminhada ao Prefeito Municipal para publicação na imprensa oficial do Município;
c) propor ao Poder Legislativo e auxiliar na realização de conferências locais destinadas à criação de políticas públicas e à discussão de alternativas que se destinam a assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes;
d) opinar sobre a política de formação de pessoal com vista à qualificação do atendimento da criança e do adolescente;

Questão 36 - De acordo com a lei municipal 2023 de 07/05/2019, Art. 13 e 14. Não poderão integrar o COMDICA:

a) representantes de Entidades constituídas há pelo menos 02 (dois) anos no território municipal, sem qualquer vinculação com o Poder Público Municipal.;
b) representantes do Poder Executivo Municipal
c) ocupantes de cargo em comissão e/ou função de confiança do Poder Público, na qualidade de representantes do Poder Executivo Municipal;
d) membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.

Questão 37 - De acordo com a lei municipal 2023 de 07/05/2019, Art. 26. Constituem recursos do FUMDICA:

a) os aprovados em lei estadual, constantes dos orçamentos;
b) os recebidos somente de pessoas físicas, em doação;
c) os auxílios e subvenções específicos concedidos por órgãos públicos;
d) os provenientes de multas impostas extrajudicialmente em ações que visem à proteção de interesses comuns, coletivos, próprios da infância e da adolescência;

PROIBIDA REPRODUÇÃO

Questão 38 - Da Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Art. 21. Para cada mandato, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente elegerá,

a) na primeira reunião extraordinária da respectiva gestão, dentre seus membros, o seu Presidente e Vice-Presidente, sendo permitida uma única recondução.
b) na primeira reunião ordinária da respectiva gestão, dentre seus membros, o seu Presidente e Vice-Presidente, sendo permitida uma única recondução.
c) na primeira reunião extraordinária da respectiva gestão, dentre seus membros, o seu Presidente e Vice-Presidente, sendo permitida várias reconduções.
d) na primeira reunião ordinária da respectiva gestão, dentre seus membros, o seu Presidente e Vice-Presidente, sendo permitida várias reconduções.

Questão 39 - Marque a alternativa ERRADA, de acordo com a lei municipal 2023 de 07/05/2019 Art. 28. É vedada a utilização dos recursos do FUMDICA em despesas não identificadas diretamente com as suas finalidades, de acordo com os objetivos determinados na Lei da sua instituição, em especial nas seguintes situações:

a) aplicação dos valores com a prévia deliberação do COMDICA;
b) manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, bem como quaisquer outras despesas relacionadas aos seus serviços;
c) financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado e que disponham de fundo específico, nos termos da legislação pertinente; e
d) investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política dos direitos da criança e do adolescente.

Questão 40 - Art. 64. Para os fins da lei municipal 2023 de 07/05/2019, considera-se falta grave as seguintes ocorrências, atribuídas ao Conselheiro Tutelar; marque a seguir a resposta ERRADA:

a) prática de crime; abandono da função de Conselheiro Tutelar;
b) assiduidade ou pontualidade habituais;
c) prática de ato de improbidade administrativa;
d) incontinência pública e conduta escandalosa;

PROIBIDA REPRODUÇÃO

Questão 41 - De acordo com a lei municipal 2023 de 07/05/2019; Da Administração do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Art. 29.e seus parágrafos; marque a alternativa correta:

a) O FUMDICA será gerido pelo Prefeito Municipal, o qual não poderá delegar competência, observadas as diretrizes emanadas do COMDICA.

b) A Secretaria Municipal da Administração e Planejamento manterá os controles contábeis e financeiros das movimentações dos recursos do FUMDICA, obedecido ao disposto na legislação pertinente.

c) Os recursos do FUMDICA serão depositados em conta especial em estabelecimento oficial de crédito, na forma de regulamento.

d) Obedecida a programação financeira, mesmo que não esteja previamente aprovada, o excesso de caixa existente não será aplicado no mercado de capitais, através de banco oficial.

Questão 42 - De acordo com a lei municipal 2023 de 07/05/2019; Art. 57. É vedado aos Conselheiros Tutelares:

a) apresentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências ou por necessidade do serviço;

b) opor resistência justificada ao andamento do serviço;

c) delegar a pessoa que seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;

d) receber comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições.

Questão 43 - De acordo com a lei municipal 2023 de 07/05/2019, Art. 73. A sindicância investigatória será conduzida por:

a) 01 (um) dos Corregedores ou, a critério do Corregedor-Geral, considerando o fato a ser apurado, por comissão de 03 (três) Corregedores.

b) 03 (tres) Corregedores ou, a critério do Corregedor-Geral, considerando o fato a ser apurado, por comissão de 02 (dois) Corregedores.

c) 01 (um) dos Corregedores ou, a critério do Corregedor-Geral, considerando o fato a ser apurado, por comissão de 02 (dois) Corregedores.

d) 03 (três) dos Corregedores ou, a critério do Corregedor-Geral, considerando o fato a ser apurado, por comissão de 03 (três) Corregedores.

PROIBIDA REPRODUÇÃO

Questão 44 - De acordo com a lei municipal 2023 de 07/05/2019, Art. 68. Compete à Corregedoria:

a) formular a política municipal de proteção, promoção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução em todos os níveis;
b) deliberar sobre a convivência e oportunidade de implementação dos programas e serviços destinados ao atendimento das crianças e adolescentes, bem como sobre a criação de entidades governamentais ou realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento;
c) instaurar e conduzir procedimento administrativo disciplinar em razão da inobservância de deveres, violação de proibições e prática de falta grave cometida pelos um Conselheiro Tutelar no desempenho de suas funções;
d) propor modificações nas estruturas das Secretarias e órgãos da Administração ligados à promoção, proteção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Questão 45 - De acordo com a lei municipal 2023 de 07/05/2019, Art. 74. A sindicância disciplinar será conduzida por

a) comissão de 03 (três) Corregedores, designados pelo Corregedor Geral, que indicará, entre eles, o seu secretário.
b) comissão de 03 (três) Corregedores, designados pelo Corregedor Geral, que indicará, entre eles, o seu presidente.
c) comissão de 02 (dois) Corregedores, designados pelo Corregedor Geral, que indicará, entre eles, o seu presidente e o secretário.
d) comissão de 02 (dois) Corregedores, designados pelo Corregedor Geral, que indicará, entre eles, o seu secretário.

PROIBIDA REPRODUÇÃO

Questão 46 - De acordo com a lei municipal 2023 de 07/05/2019, Art. 77. O processo administrativo disciplinar será conduzido por

a) comissão de 02 (dois) Corregedores, designados pelo Corregedor Geral, que indicará, entre eles, o seu presidente e o secretário.
b) comissão de 02 (dois) Corregedores, designados pelo Corregedor Geral, que indicará, entre eles, o seu secretário.
c) comissão de 03 (três) Corregedores, designada pelo Corregedor Geral que indicará, dentre eles, o seu Presidente.
d) comissão de 03 (três) Corregedores, designados pelo Corregedor Geral, que indicará, entre eles, o seu secretário.

Questão 47 - De acordo com a lei municipal 2023 de 07/05/2019, Art. 9º O COMDICA negará registro à entidade que:

a) ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
b) apresente plano de trabalho compatível com os princípios desta Lei;
c) esteja regularmente constituída;
d) tenha em seus quadros pessoas inidôneas;

Questão 48 - De acordo com a lei municipal 2023 de 07/05/2019, Art. 16. O integrante do COMDICA terá seu mandato cassado quando:

a) comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) intercaladas no período de 12 (doze) meses, sem apresentar justificativa.
b) não comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) intercaladas no período de 12 (doze) meses, sem apresentar justificativa.
c) não comparecer a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 06 (seis) intercaladas no período de 12 (doze) meses, sem apresentar justificativa.
d) não comparecer a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 04 (quatro) intercaladas no período de 12 (doze) meses, sem apresentar justificativa.

PROIBIDA REPRODUÇÃO

Questão 49 - De acordo com a lei municipal 2023 de 07/05/2019, Art. 37. São atribuições do Conselho Tutelar:

a) atender às crianças e adolescentes à medida que seus direitos forem ameaçados ou violados;
b) encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.
c) atender e desaconselhar os pais ou responsáveis, não aplicando as medidas previstas em Lei;
d) promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto: requisitar serviços públicos no âmbito do Estado, nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

Questão 50 - De acordo com a lei municipal 2023 de 07/05/2019, Art. 37. São atribuições do Conselho Tutelar, providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária quanto a:

a) encaminhamento de pais alcoólatras e toxicômanos ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade;

b) orientação, apoio de pais ou responsáveis e acompanhamento temporários;

c) matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

d) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento de pais ou responsáveis e acompanhamento temporários a alcoólatras e toxicômanos;

PROIBIDA REPRODUÇÃO